



14/PT
WP 225

**DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO DO ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA NO PROCESSO C-131/12,
*GOOGLE SPAIN SL E GOOGLE INC. CONTRA AGENCIA ESPAÑOLA
DE PROTECCIÓN DE DATOS (AEPD) E MARIO COSTEJA GONZÁLEZ***

Adotadas em 26 de novembro de 2014

Este grupo de trabalho foi criado ao abrigo do artigo 29.º da Diretiva 95/46/CE. Trata-se de um órgão consultivo europeu independente em matéria de proteção de dados e de privacidade. As suas atribuições são descritas no artigo 30.º da Diretiva 95/46/CE e no artigo 15.º da *Diretiva* 2002/58/CE.

O Secretariado é assegurado pela Direção C (Direitos Fundamentais e Cidadania da União) da Direção-Geral da Justiça da Comissão Europeia, B-1049 BRUXELLES, Bélgica – Gabinete MO-59 02/013.

Sítio web: http://ec.europa.eu/justice/data-protection/index_pt.htm.

RESUMO

1. Operadores de motores de busca enquanto responsáveis pelo tratamento de dados

O acórdão reconhece que os operadores de motores de busca procedem ao tratamento de dados pessoais e devem ser considerados responsáveis pelo tratamento de dados, na aceção do artigo 2.º da Diretiva 95/46/CE. O tratamento de dados pessoais realizado no contexto da atividade de um motor de busca deve ser distinguido do realizado pelos editores de sítios *web* de terceiros e acresce ao mesmo.

2. Justo equilíbrio entre direitos e interesses fundamentais

De acordo com o Tribunal de Justiça da União Europeia (a seguir «Tribunal de Justiça, TJUE»), «[a]tendendo à gravidade potencial do impacto deste tratamento nos direitos fundamentais ao respeito pela vida privada e à proteção de dados, os direitos da pessoa em causa prevalecem, regra geral, sobre o interesse económico do motor de busca e sobre o interesse dos internautas em aceder a informações pessoais através do motor de busca». Contudo, há que estabelecer um equilíbrio entre os direitos e os interesses relevantes e o resultado pode depender da natureza e da sensibilidade dos dados tratados e do interesse do público em aceder a essas informações específicas. O interesse do público será significativamente maior se a pessoa em causa desempenhar um papel na vida pública.

3. Impacte limitado da remoção de dados da lista de resultados no acesso à informação

Na prática, o impacte da remoção de dados da lista de resultados no direito das pessoas à liberdade de expressão e ao acesso à informação revelar-se-á muito limitado. Na avaliação das circunstâncias relevantes, as autoridades europeias de proteção de dados (a seguir «APD») terão sistematicamente em conta o interesse do público em aceder à informação. Se o interesse do público prevalecer sobre os direitos da pessoa em causa, a remoção de dados da lista de resultados não será adequada.

4. Nenhuma informação é suprimida da fonte original

No acórdão, o TJUE declara que aqueles direitos afetam apenas os resultados das pesquisas efetuadas a partir do nome da pessoa e não exige que a ligação seja também suprimida dos índices do motor de busca. Ou seja, continuará a ser possível aceder à informação original utilizando outros termos de pesquisa ou acedendo diretamente à fonte original do editor.

5. As pessoas em causa não têm a obrigação de contactar o sítio *web* original

As pessoas não são obrigadas a contactar o sítio *web* original para poderem exercer os seus direitos em relação aos motores de busca. A legislação em matéria de proteção de dados é aplicável à atividade de um motor de busca que atue como responsável pelo tratamento de dados. Por conseguinte, as pessoas em causa devem poder exercer os seus direitos de acordo com o disposto na Diretiva 95/46/CE e, mais concretamente, nas normas nacionais que a transpõem.

6. Direito das pessoas em causa de pedir a remoção de dados da lista de resultados

Nos termos do direito da UE, todas as pessoas têm direito à proteção de dados. Na prática, as APD debruçar-se-ão sobre os pedidos nos quais exista um nexo claro entre a pessoa em causa e a UE, por exemplo, quando a pessoa em causa seja nacional ou residente de um Estado-Membro da UE.

7. Efeito territorial de uma decisão de remoção de dados da lista de resultados

Para que as pessoas em causa possam exercer plenamente os seus direitos, conforme definição do acórdão do Tribunal de Justiça, as decisões de remoção de dados da lista de resultados devem ser executadas de forma a garantir a proteção eficaz e completa dos direitos das pessoas em causa e que o direito da UE não seja contornado. Nesse sentido, a limitação da remoção de dados da lista de resultados aos domínios da UE com o fundamento de que os utilizadores tendem a aceder aos motores de busca através dos respetivos domínios nacionais não pode ser considerada um meio suficiente para garantir, de forma satisfatória, o respeito pelos direitos das pessoas em causa nos termos do acórdão. Na prática, tal significa que, em qualquer caso, a remoção de dados da lista de resultados deve ser igualmente eficaz em todos os domínios relevantes, incluindo os domínios «.com».

8. Informação do público quanto à remoção de ligações específicas da lista de resultados

A prática de informar os utilizadores dos motores de busca de que a lista de resultados da sua pesquisa não está completa em consequência da aplicação da legislação europeia em matéria de proteção de dados não se baseia em nenhuma exigência legal constante das normas de proteção de dados. Tal prática só é aceitável se a informação for apresentada de forma a que os utilizadores não possam, em caso algum, aperceber-se de que uma determinada pessoa pediu que fossem removidos da lista os resultados que lhe diziam respeito.

9. Informação dos editores de sítios *web* quanto à remoção de ligações específicas da lista de resultados

Regra geral, os motores de busca não têm de informar os administradores das páginas afetadas pela remoção de dados da lista de resultados de que não é possível aceder a algumas páginas *web* através do motor de busca na sequência de uma pesquisa específica efetuada a partir de um nome. Tal comunicação de rotina não tem base legal nos termos da legislação da UE em matéria de proteção de dados.

Nalguns casos, os motores de busca podem querer contactar o editor original quanto a um determinado pedido antes de tomar qualquer decisão de remoção de dados da lista de resultados, de forma a obter informações complementares para a apreciação das circunstâncias que rodeiam esse pedido.

Tendo em conta o papel importante que os motores de busca desempenham na divulgação e na acessibilidade da informação publicada na Internet e as expectativas legítimas que os administradores dos sítios *web* podem ter quanto à forma como a informação é indexada e exibida na sequência das pesquisas efetuadas pelos utilizadores, o Grupo de Trabalho do

artigo 29.º (a seguir «grupo de trabalho») incentiva fortemente os motores de busca a facultar os respetivos critérios de remoção de dados da lista de resultados e a disponibilizar informações estatísticas mais pormenorizadas.

ÍNDICE

PARTE I: Interpretação do acórdão do TJUE.....	6
A. Operadores de motores de busca enquanto responsáveis pelo tratamento de dados e fundamento jurídico	6
B. Exercício de direitos	8
C. Âmbito	10
D. Comunicação a terceiros.....	11
E. Papel das APD	12
PARTE II: Lista de critérios comuns para o tratamento de reclamações pelas autoridades europeias de proteção de dados	13

PARTE I: Interpretação do acórdão do TJUE

O presente documento destina-se a informar sobre o modo como as APD reunidas no grupo de trabalho pretendem aplicar o acórdão do TJUE no processo C-131/12, *Google Spain SL e Google Inc. contra Agencia Española de Protección de Datos (AEPD) e Mario Costeja González*. Contém igualmente a lista dos critérios comuns que as APD aplicarão para tratar, casuisticamente, as reclamações apresentadas nas suas delegações nacionais contra recusas de remoção, pelos motores de busca, de dados das listas de resultados. A lista dos critérios deve ser vista como uma ferramenta de trabalho flexível, que visa ajudar as APD nos processos de tomada de decisão. Os critérios serão aplicados em conformidade com as legislações nacionais pertinentes. Nenhum critério é, por si só, determinante. A lista dos critérios não é exaustiva e será desenvolvida ao longo do tempo, com base na experiência das APD.

A. Operadores de motores de busca enquanto responsáveis pelo tratamento de dados e fundamento jurídico

1. O acórdão reconhece que os operadores de motores de busca procedem ao tratamento de dados pessoais e que o fazem enquanto responsáveis pelo tratamento, na aceção do artigo 2.º da Diretiva 95/46/CE (n.ºs 27, 28 e 33).
2. O tratamento de dados pessoais realizado no contexto da atividade de um motor de busca distingue-se do realizado pelos editores de sítios *web*, que consiste em inserir esses dados numa página *web*, e acresce ao mesmo (n.º 35).
3. O fundamento jurídico para esse tratamento ao abrigo da diretiva da UE consta do artigo 7.º, alínea f), e consiste na necessidade desse tratamento para prosseguir interesses legítimos do responsável pelo tratamento ou de terceiros a quem os dados sejam comunicados (n.º 73).
4. O tratamento realizado pelo operador de um motor de busca pode afetar significativamente os direitos fundamentais ao respeito pela vida privada e à proteção de dados pessoais, quando a pesquisa através desse motor é efetuada a partir do nome de uma pessoa singular, uma vez que o referido tratamento permite a qualquer internauta obter, com a lista de resultados, uma visão global estruturada das informações sobre essa pessoa, que se podem encontrar na Internet, potencialmente respeitantes a numerosos aspetos da sua vida privada, e que, sem o referido motor de busca, não poderiam – ou só muito dificilmente poderiam – ter sido relacionadas, e, deste modo, estabelecer um perfil mais ou menos pormenorizado da pessoa em causa. Além disso, o efeito de ingerência nos referidos direitos da pessoa em causa é multiplicado devido ao importante papel desempenhado pela Internet e pelos motores de busca na sociedade moderna, que conferem carácter de ubiquidade às informações contidas numa lista de resultados deste tipo (n.º 80).
5. Em relação ao equilíbrio de interesses que pode legitimar o tratamento realizado pelo motor de busca, de acordo com o acórdão, atendendo à gravidade potencial do impacto desse tratamento nos direitos fundamentais ao respeito pela vida privada e à proteção de dados, os direitos da pessoa em causa prevalecem, regra geral, sobre os interesses económicos do motor

de busca. Por norma, estes direitos prevalecem igualmente sobre o direito dos internautas de aceder a informações pessoais através do motor de busca numa pesquisa efetuada a partir do nome da pessoa em causa. Contudo, há que estabelecer um equilíbrio entre os diferentes direitos e interesses e o resultado pode depender da natureza e da sensibilidade dos dados tratados e do interesse do público em aceder a essas informações específicas, interesse esse que pode variar, em especial em função do papel desempenhado por essa pessoa na vida pública (n.º 81).

6. As pessoas em causa têm o direito de pedir e, se estiverem reunidas as condições estabelecidas nos artigos 12.º e 14.º da diretiva, de obter a remoção das ligações a páginas *web* publicadas por terceiros, que contenham informações que lhes digam respeito, da lista de resultados exibida na sequência de uma pesquisa efetuada a partir do nome de uma pessoa.

7. Os fundamentos jurídicos dos editores originais e dos motores de busca são diferentes. O motor de busca deve proceder à apreciação dos diferentes elementos (interesse público, relevância pública, natureza dos dados, relevância efetiva...) com base no seu próprio fundamento jurídico, que decorre do seu próprio interesse económico e do interesse dos utilizadores em aceder à informação através dos motores de busca e utilizando um nome como termo de pesquisa. Mesmo quando a publicação (mantida) pelos editores originais seja lícita, a divulgação e a acessibilidade universais dessa informação proporcionadas por um motor de busca, juntamente com outros dados relativos à mesma pessoa, podem ser ilícitas devido ao impacte desproporcionado na vida privada.

O acórdão não obriga os motores de busca a proceder permanentemente a essa apreciação em relação a todas as informações que tratam, mas apenas quando tenham de responder aos pedidos das pessoas em causa que pretendem exercer os seus direitos.

8. O interesse dos motores de busca no tratamento de dados pessoais é económico. Mas os internautas têm igualmente interesse em receber a informação utilizando os motores de busca. Nesse sentido, o direito fundamental à liberdade de expressão, entendida como «a liberdade de receber e de transmitir informações ou ideias», nos termos do artigo 11.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, deve ser tomado em consideração na apreciação dos pedidos das pessoas em causa.

9. O impacte do exercício dos direitos dos cidadãos na liberdade de expressão dos editores originais e dos utilizadores será, em geral, muito limitado. Na apreciação das circunstâncias de cada pedido, os motores de busca devem ter em conta o interesse do público em aceder à informação. Se o interesse do público em aceder a essa informação prevalecer, os resultados não devem ser removidos da lista. No entanto, mesmo que um determinado resultado de uma procura seja removido da lista, o conteúdo constante do sítio *web*-fonte permanece disponível e a informação ainda pode ser acedida através de um motor de busca, utilizando outros termos de pesquisa.

B. Exercício de direitos

10. A legislação em matéria de proteção de dados é aplicável à atividade de um motor de busca que atue como responsável pelo tratamento de dados. Por conseguinte, as pessoas em causa podem exercer os seus direitos em conformidade com o disposto na Diretiva 95/46/CE e, mais concretamente, nas normas nacionais que a transpõem.

11. As pessoas não são obrigadas a contactar o sítio *web* original, prévia ou simultaneamente, para poderem exercer os seus direitos em relação aos motores de busca. Trata-se de duas operações diversas de tratamento de dados, com diversos fundamentos de legitimidade e diversos impactes nos direitos e nos interesses das pessoas. A pessoa pode considerar que, dadas as circunstâncias do caso, é melhor contactar primeiro o administrador da página *web* original para pedir a supressão de informações ou a aplicação de protocolos *no index*, mas o acórdão não o impõe.

12. Pela mesma razão, a pessoa pode escolher a forma de exercício dos seus direitos em relação aos motores de busca, selecionando um ou mais. Ao apresentar um pedido a um ou mais motores de busca, a pessoa está a fazer uma avaliação do impacte do aparecimento das informações controvertidas num ou em vários motores de busca e, conseqüentemente, toma uma decisão quanto às soluções que podem ser suficientes para minorar ou eliminar esse impacte.

13. Embora a Diretiva 95/46/CE não contenha disposições específicas sobre os meios que podem ser utilizados no exercício dos direitos, a maioria das legislações nacionais em matéria de proteção de dados prevê uma grande flexibilidade a esse respeito e oferece às pessoas em causa a possibilidade de apresentarem os seus pedidos de várias formas, independentemente de o responsável pelo tratamento ter ou não estabelecido procedimentos *ad hoc*.

Consequentemente, e como boa prática que está em conformidade com todos os eventuais requisitos jurídicos de todos os Estados-Membros da UE, as pessoas em causa podem exercer os seus direitos em relação aos operadores de motores de busca utilizando quaisquer meios adequados. Embora a utilização de mecanismos específicos que podem ser desenvolvidos pelos motores de busca, nomeadamente procedimentos em linha e formulários eletrónicos, possa ser vantajosa e recomendável por uma questão prática, não deve constituir a única forma de as pessoas em causa exercerem os seus direitos.

14. Pelas mesmas razões, os motores de busca devem respeitar as legislações nacionais em matéria de proteção de dados quanto aos requisitos necessários para a apresentação de um pedido e relativos aos prazos e aos conteúdos das respostas. Em especial, quando a pessoa em causa solicite a remoção de algumas ligações da lista de resultados, o responsável pelo tratamento pode exigir alguma forma de identificação mas, novamente, em conformidade com o que a legislação nacional considerar necessário e proporcionado para verificar a identidade do requerente no contexto do pedido. Quando o responsável pelo tratamento recolha informações relativas à identificação, devem ser previstas salvaguardas adequadas.

Para que o motor de busca possa efetuar a apreciação necessária de todas as circunstâncias do caso, as pessoas em causa devem explicar, de forma suficiente, as razões pelas quais pedem a remoção de dados da lista de resultados, identificar os URL específicos e indicar se desempenham ou não um papel na vida pública.

15. Quando um motor de busca indefira um pedido de remoção de dados da lista de resultados, deve explicar à pessoa em causa, de forma suficiente, os motivos da recusa. Deve igualmente informar as pessoas em causa de que, se não ficarem satisfeitas com a resposta, podem recorrer à APD ou ao tribunal. As referidas explicações devem ser igualmente prestadas pelas pessoas em causa à APD, caso decidam recorrer a estas autoridades.

16. O acórdão considera que as filiais nacionais da *Google* na UE são estabelecimentos da empresa e que o tratamento de dados pessoais pela *Google* no motor de busca é realizado no contexto das atividades desses estabelecimentos, pelo que são aplicáveis as normas da UE em matéria de proteção de dados.

A Diretiva 95/46/CE não contém nenhuma disposição específica quanto à responsabilidade dos estabelecimentos do responsável pelo tratamento situados no território dos Estados-Membros. A única referência consta do artigo 4.º, n.º 1, alínea a), que dispõe que «se o mesmo responsável pelo tratamento estiver estabelecido no território de vários Estados-membros, deverá tomar as medidas necessárias para garantir que cada um desses estabelecimentos cumpra as obrigações estabelecidas no direito nacional que lhe for aplicável». Esta disposição é, em certa medida, clarificada pelo considerando 19: «quando no território de vários Estados-membros estiver estabelecido um único responsável pelo tratamento, em especial através de uma filial, deverá assegurar, nomeadamente para evitar que a legislação seja contornada, que cada um dos estabelecimentos cumpra as obrigações impostas pela legislação nacional aplicável às respetivas atividades».

A aplicação eficaz do acórdão e da legislação em matéria de proteção de dados requer que as pessoas em causa possam exercer os seus direitos em relação às filiais nacionais dos motores de busca nos respetivos Estados-Membros de residência, e também que as APD possam contactar as filiais nacionais relativamente aos pedidos ou às reclamações apresentados pelas pessoas em causa.

Essas filiais podem naturalmente aplicar procedimentos internos para tratar os pedidos, diretamente ou encaminhando-os para outros estabelecimentos da empresa. É igualmente expectável que, num primeiro momento, aconselhem as pessoas em causa a utilizar os procedimentos *ad hoc* desenvolvidos pela empresa e os formulários eletrónicos correspondentes. No entanto, se a pessoa em causa insistir em contactar a filial nacional, esse pedido não deve ser indeferido.

C. Âmbito

17. Os destinatários do acórdão são especificamente os motores de busca generalistas, mas tal não significa que este não seja aplicável a outros intermediários. Os direitos podem ser exercidos sempre que estejam reunidas as condições estabelecidas no acórdão.

18. Os motores de busca inseridos em páginas *web* não produzem os mesmos efeitos que os motores de busca «externos». Por um lado, recolhem apenas as informações contidas em páginas *web* específicas. Por outro lado, mesmo que um utilizador efetue uma pesquisa sobre a mesma pessoa em várias páginas *web*, os motores de busca internos não irão estabelecer um perfil completo da pessoa em causa e os resultados não terão um impacto significativo nessa pessoa. Por conseguinte, por norma, o direito à remoção de dados da lista de resultados não é aplicável aos motores de busca com um domínio de ação restrito, em especial no caso de ferramentas de pesquisa de sítios *web* de jornais.

19. O artigo 8.º da Carta dos Direitos Fundamentais da UE, para que remetem expressamente vários números do acórdão, reconhece o direito de «todas as pessoas» à proteção de dados. Na prática, as APD debruçar-se-ão sobre os pedidos nos quais exista um nexo claro entre a pessoa em causa e a UE, por exemplo, quando a pessoa em causa seja nacional ou residente de um Estado-Membro da UE.

20. Como o Tribunal de Justiça afirmou, a legislação da UE é aplicável, e o acórdão deve ser executado, no que respeita ao tratamento de dados que consiste em «encontrar informações publicadas ou inseridas na Internet por terceiros, indexá-las automaticamente, armazená-las temporariamente e, por último, pô-las à disposição dos internautas por determinada ordem de preferência».

O TJUE sustenta que «[o]s artigos 12.º, alínea b), e 14.º, primeiro parágrafo, alínea a), da Diretiva 95/46[CE] [...] devem ser interpretados no sentido de que, para respeitar os direitos previstos nestas disposições e desde que as condições por elas previstas estejam efetivamente satisfeitas, o operador de um motor de busca é obrigado a suprimir da lista de resultados, exibida na sequência de uma pesquisa efetuada a partir do nome de uma pessoa, as ligações a outras páginas *web* publicadas por terceiros e que contenham informações sobre essa pessoa».

Por último, o Tribunal de Justiça afirma igualmente que «o operador desse motor, como pessoa que determina as finalidades e os meios dessa atividade, deve assegurar, no âmbito das suas responsabilidades, das suas competências e das suas possibilidades, que essa atividade satisfaça as exigências da Diretiva 95/46[CE], para que as garantias nesta previstas possam produzir pleno efeito e possa efetivamente realizar-se uma proteção eficaz e completa das pessoas em causa, designadamente do seu direito ao respeito pela sua vida privada».

Assim, o acórdão estabelece uma obrigação em termos de resultados que afeta todo o tratamento de dados realizado pelo motor de busca. A execução adequada do acórdão deve ser levada a cabo de forma a que as pessoas em causa sejam eficazmente protegidas contra o impacto da divulgação e da acessibilidade universais das informações pessoais,

proporcionadas pelos motores de busca quando as pesquisas sejam efetuadas a partir do nome de uma pessoa.

Embora as soluções concretas possam variar consoante a organização e a estrutura internas dos motores de busca, as decisões de remoção de dados da lista de resultados devem ser executadas de forma a garantir que esses direitos são eficaz e completamente protegidos e que o direito da UE não é facilmente contornado. Nesse sentido, a limitação da remoção de dados da lista de resultados aos domínios da UE com o fundamento de que os utilizadores tendem a aceder aos motores de busca através dos respetivos domínios nacionais não pode ser considerada um meio suficiente para garantir, de forma satisfatória, o respeito pelos direitos das pessoas em causa nos termos do acórdão. Na prática, tal significa que, em qualquer caso, a remoção de dados da lista de resultados deve ser igualmente eficaz em todos os domínios relevantes, incluindo os domínios «.com».

21. Do ponto de vista material, e como já foi referido, o acórdão afirma expressamente que o direito afeta apenas os resultados das pesquisas efetuadas a partir do nome da pessoa e nunca refere a necessidade de suprimir totalmente a página dos índices do motor de busca. Continuará a ser possível aceder à página utilizando quaisquer outros termos de pesquisa. De referir que o acórdão utiliza o termo «nome» sem mais especificações. Assim, pode concluir-se que o direito se aplica a eventuais versões diversas do nome, incluindo apelidos ou variantes ortográficas.

D. Comunicação a terceiros

22. Afigura-se que alguns motores de busca adotaram a prática de informar sistematicamente os utilizadores dos motores de busca de que alguns resultados das suas pesquisas foram retirados da lista na sequência de pedidos apresentados pelas pessoas. Se essa informação apenas estiver visível nos resultados das pesquisas quando as hiperligações tenham sido efetivamente retiradas da lista, tal pode prejudicar fortemente o objetivo do acórdão. Tal prática só é aceitável se a informação for prestada de forma a que os utilizadores não possam, em caso algum, aperceber-se de que uma determinada pessoa pediu que fossem removidos da lista os resultados que lhe diziam respeito.

A utilização de avisos ou de declarações deve ser efetuada de forma consistente para evitar que os utilizadores retirem ilações falsas ou incorretas. Dadas as dificuldades que a gestão dessas declarações com base num tipo específico de termos de pesquisa (ou seja, sempre que sejam utilizados nomes) implica, é aconselhável que essa informação seja prestada através de uma declaração geral, incluída permanentemente nas páginas *web* dos motores de busca.

23. Regra geral, os gestores de motores de busca não têm de informar os administradores das páginas afetadas pela remoção de dados da lista de resultados de que não é possível aceder a algumas páginas *web* através do motor de busca na sequência de pesquisas específicas. Tal comunicação não tem base legal nos termos da legislação da UE em matéria de proteção de dados.

Conforme já referido, existe uma diferença fundamental entre o fundamento jurídico para o tratamento realizado pelos motores de busca e o fundamento jurídico para o tratamento realizado pelo editor original. O artigo 7.º, alínea f), serve de fundamento jurídico para o tratamento de dados necessário para prosseguir interesses legítimos do responsável pelo tratamento ou do terceiro ou terceiros a quem os dados sejam comunicados, desde que não prevaleçam os interesses ou os direitos e liberdades fundamentais da pessoa em causa. O interesse dos administradores dos sítios *web* originais em receber a comunicação é questionável por uma série de razões. Por um lado, como foi referido, a remoção de uma hiperligação da lista de resultados de uma pesquisa efetuada a partir do nome de uma pessoa tem apenas um impacto limitado. Por outro lado, os administradores dos sítios *web* originais não podem fazer uso efetivo da comunicação recebida, uma vez que esta afeta o tratamento de dados efetuado pelo responsável pelo tratamento, sobre o qual não têm nenhum controlo ou influência. De facto, os motores de busca não reconhecem aos editores um direito a que os respetivos conteúdos sejam indexados e exibidos, ou exibidos numa determinada ordem.

Em todo o caso, deve estabelecer-se um equilíbrio entre esse interesse e os direitos, liberdades e interesses da pessoa em causa.

Não existe nenhuma disposição na legislação da UE em matéria de proteção de dados que obrigue os motores de busca a comunicar aos administradores dos sítios *web* originais que os resultados relacionados com os respetivos conteúdos foram retirados da lista. Essa comunicação consiste, em muitos casos, num tratamento de dados pessoais e, como tal, exige um fundamento jurídico adequado para ser legítima. O artigo 7.º da Diretiva 95/46/CE não contém nenhum fundamento jurídico para a comunicação de rotina das decisões de remoção de dados da lista de resultados aos responsáveis pelo tratamento iniciais.

Por outro lado, em casos especialmente difíceis, quando seja necessário conhecer mais profundamente as circunstâncias do caso, pode ser legítimo os motores de busca contactarem os editores originais antes de tomar qualquer decisão sobre um pedido de remoção de dados da lista de resultados. Nesses casos, os motores de busca devem tomar todas as medidas necessárias para salvaguardar adequadamente os direitos das pessoas em causa.

Tendo em conta a importância do papel que os motores de busca desempenham na divulgação e na acessibilidade da informação publicada na Internet e as expectativas legítimas que os administradores dos sítios *web* podem ter em relação à forma como a informação é indexada e exibida na sequência das pesquisas efetuadas pelos utilizadores, o grupo de trabalho incentiva fortemente os motores de busca a publicar os respetivos critérios de remoção de dados da lista de resultados e a disponibilizar informações estatísticas mais pormenorizadas.

E. Papel das APD

24. Não obstante os novos elementos do acórdão do TJUE, a decisão sobre a remoção de um determinado resultado de uma pesquisa da lista implica – no essencial – uma apreciação regular sobre se o tratamento de dados pessoais realizado pelo motor de busca está em conformidade com os princípios da proteção de dados. Por conseguinte, o grupo de trabalho entende que as reclamações apresentadas às APD pelas pessoas em causa, relativas a

indeferimentos ou a indeferimentos parciais pelos motores de buscas, devem ser tratadas – tanto quanto possível – como pedidos formais, em conformidade com o disposto no artigo 28.º, n.º 4, da Diretiva. Assim, tais recursos devem geralmente ser tratados pelas APD nos termos das respetivas legislações nacionais, da mesma forma que os demais pedidos/reclamações/requerimentos de mediação.

25. O presidente do grupo de trabalho contactará os motores de busca para esclarecer o estabelecimento da UE que deve ser contactado pela APD competente e, se for necessário, tornará públicos os resultados da consulta.

PARTE II: Lista de critérios comuns para o tratamento de reclamações pelas autoridades europeias de proteção de dados

Na sua decisão de 13 de maio de 2014, o TJUE pronunciou-se sobre a aplicação aos motores de busca da legislação em matéria de proteção de dados. Concluiu que, em determinadas circunstâncias, os utilizadores podem pedir aos motores de busca que removam determinadas ligações para informações que afetem a sua privacidade das listas de resultados das pesquisas efetuadas a partir dos seus nomes. Quando um motor de busca indefira tal pedido, a pessoa em causa pode submeter a questão às APD ou à autoridade judicial competente, para que estes efetuem as verificações necessárias e tomem uma decisão de acordo com as competências que lhes são atribuídas pelo direito nacional.

Decorre do acórdão do TJUE que a pessoa em causa pode «requerer [ao motor de busca] que a informação [que lhe diz pessoalmente respeito] deixe de estar à disposição do grande público devido à sua inclusão [numa] lista de resultados». O Tribunal de Justiça decidiu igualmente que «esses direitos prevalecem, em princípio, não só sobre o interesse económico do operador do motor de busca mas também sobre o interesse desse público em aceder à referida informação numa pesquisa sobre o nome dessa pessoa». Este direito é reconhecido pelo TJUE à luz dos direitos fundamentais concedidos ao abrigo dos artigos 7.º e 8.º da Carta dos Direitos Fundamentais da UE e em aplicação dos artigos 12.º, alínea b), e 14.º, primeiro parágrafo, alínea a), da Diretiva 95/46/CE.

O Tribunal de Justiça reconheceu igualmente a existência de uma exceção a esta regra geral quando «por razões especiais como, por exemplo, o papel desempenhado por essa pessoa na vida pública, a ingerência nos [...] direitos fundamentais [da pessoa em causa seja] justificada pelo interesse preponderante do referido público em ter acesso à informação em questão em virtude dessa inclusão».

Uma primeira análise das reclamações apresentadas até ao momento pelas pessoas em causa cujos pedidos de remoção de dados da lista de resultados foram indeferidos pelos motores de busca permitiu às APD elaborar uma lista de critérios comuns que serão utilizados por estas autoridades para verificar se a legislação em matéria de proteção de dados foi respeitada. As APD apreciarão as reclamações numa base casuística, utilizando os critérios abaixo referidos.

A lista de critérios deve ser vista como uma ferramenta de trabalho flexível que ajudará as APD durante os processos de tomada de decisão. Os critérios serão aplicados em conformidade com a legislação nacional pertinente.

Na maioria dos casos, afigura-se que será necessário ter em conta mais do que um critério para que possa ser tomada uma decisão. Por outras palavras, nenhum critério é, por si só, determinante.

Cada critério deve ser aplicado à luz dos princípios estabelecidos pelo TJUE e, em especial, à luz do «interesse desse público em aceder à [...] informação».

CRITÉRIOS	OBSERVAÇÕES
<p>1. O resultado da pesquisa diz respeito a uma pessoa singular – ou seja, um particular? Trata-se do resultado de uma pesquisa efetuada a partir do nome da pessoa em causa?</p>	<p>O acórdão <i>Google</i> reconheceu que uma pesquisa na Internet efetuada a partir do nome de uma pessoa pode ter um o impacte específico no direito dessa pessoa ao respeito pela vida privada.</p> <p>As APD considerarão igualmente que os pseudónimos e os diminutivos são termos de pesquisa relevantes quando a pessoa consiga demonstrar que estão relacionados com a sua verdadeira identidade.</p>
<p>2. A pessoa em causa desempenha um papel na vida pública? A pessoa em causa é uma figura pública?</p>	<p>O TJUE abriu uma exceção para os pedidos de remoção de dados da lista de resultados apresentados por pessoas que desempenhem um papel na vida pública, quando exista interesse do público em aceder a informações sobre essas pessoas. Este critério é mais abrangente do que o critério das «figuras públicas».</p> <p>O que constitui «um papel na vida pública»?</p> <p>Não é possível determinar com segurança o tipo de papel que uma pessoa deve desempenhar na vida pública para justificar que o público possa aceder a informações sobre essa pessoa através do resultado de uma pesquisa.</p> <p>No entanto, a título ilustrativo, pode geralmente considerar-se que os políticos, os altos funcionários públicos, os empresários e os membros das profissões regulamentadas desempenham um papel na vida pública. Existe o argumento de que o público deve poder pesquisar informações relevantes para os seus papéis e atividades públicos.</p> <p>Uma boa regra prática é procurar determinar em que medida o facto de o público ter acesso a essas informações específicas – disponibilizadas através de uma pesquisa efetuada a partir do nome da pessoa em causa - o protege contra uma conduta pública ou profissional incorreta.</p>

É igualmente difícil definir o subgrupo de «figuras públicas». Em geral, pode dizer-se que as «figuras públicas» são pessoas que, devido às funções ou aos compromissos que assumem, têm um determinado grau de exposição mediática.

A Resolução 1165 (1998) da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa sobre o direito à privacidade dá uma definição possível de «figuras públicas». Afirmar que as «figuras públicas» são pessoas que exercem funções públicas e/ou que utilizam recursos públicos e, em sentido mais lato, são todas as pessoas que desempenham um papel na vida pública, quer seja na política, na economia, nas artes, na esfera social, no desporto ou em qualquer outro domínio.»

Podem existir informações sobre figuras públicas que sejam verdadeiramente privadas e que normalmente não devem aparecer nos resultados das pesquisas, como, por exemplo, informações sobre a sua saúde ou sobre membros da sua família. No entanto, por norma, se os requerentes forem figuras públicas e se as informações em questão não constituírem verdadeiramente informações privadas, o argumento contra a remoção de dados da lista dos resultados que lhes dizem respeito será mais forte. Na determinação do equilíbrio, é especialmente relevante a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (a seguir «TEDH»).

TEDH, *von Hannover c. Alemanha* (n.º 2), 2012: «O papel ou a função da pessoa em causa e a natureza das atividades objeto do relato e/ou da fotografia constituem outro critério importante, relacionado com o anterior. A este respeito, há que estabelecer uma distinção entre os particulares e as pessoas que atuam num contexto público, como as figuras políticas ou as figuras públicas. Assim, enquanto um particular desconhecido do público pode solicitar uma proteção especial do seu direito ao respeito pela vida privada, o mesmo não acontece com as figuras públicas (ver os acórdãos Minelli/Suíça (dec.), n.º 14991/02, 14 de junho de 2005, e Petrenco, acima referido, n.º 55). É necessário estabelecer uma distinção fundamental entre o relato de factos que podem contribuir para o debate numa sociedade democrática, por exemplo

	relacionados com políticos no exercício das respetivas funções oficiais, e o relato de pormenores da vida privada de uma pessoa que não exerça tais funções (ver os acórdãos <i>Von Hannover</i> , acima referido, n.º 63, e <i>Standard Verlags GmbH</i> , acima referido, n.º 47).» ¹
3. A pessoa em causa é menor?	<p>Regra geral, se a pessoa em causa for legalmente menor – ou seja, se ainda não tiver 18 anos de idade à data da publicação das informações – é mais provável que as APD exijam a remoção da lista dos resultados relevantes.</p> <p>O conceito de «interesse superior da criança» deve ser tido em conta pelas APD. Este conceito encontra-se, <i>inter alia</i>, no artigo 24.º da Carta dos Direitos Fundamentais da UE: «Todos os atos relativos às crianças, quer praticados por entidades públicas, quer por instituições privadas, terão primacialmente em conta o interesse superior da criança».</p>
4. Os dados são exatos?	<p>Em geral, por «exatos» entende-se exatos no que respeita aos elementos de facto. Existe uma diferença entre o resultado de uma pesquisa que está claramente relacionado com a opinião de uma pessoa sobre outra pessoa e o que aparentemente contém informações factuais.</p> <p>Na legislação em matéria de proteção de dados, os conceitos de «exatidão», «adequação» e «incompletude» estão estreitamente relacionados. Quando o resultado de uma pesquisa não seja exato no que respeita aos elementos de facto e quando forneça uma imagem inexata, inadequada e enganadora da pessoa, é mais provável que as APD considerem adequada a sua remoção da lista. Quando a pessoa em causa conteste o resultado de uma pesquisa com o fundamento de que este não é exato, as APD podem tratar esse pedido se o requerente prestar toda a informação necessária para demonstrar que os dados são manifestamente inexatos.</p> <p>Nos casos em que o litígio relativo à exatidão da informação ainda esteja a decorrer, por</p>

¹ Cf. igualmente o acórdão do TEDH *Axel Springer c. Alemanha*, 2012.

	<p>exemplo no tribunal, ou quando esteja em curso uma investigação policial, as APD podem optar por não intervir até o processo estar concluído.</p>
<p>5. Os dados são relevantes e não excessivos?</p> <p>a. Os dados estão relacionados com a vida profissional da pessoa em causa?</p> <p>b. O resultado da pesquisa remete para informações que alegadamente constituem incitamento ao ódio/calúnia/difamação ou delitos de expressão semelhantes contra o queixoso?</p> <p>c. É evidente que os dados refletem a opinião de uma pessoa ou parecem ser relativos a um facto comprovado?</p>	<p>O objetivo geral dos presentes critérios é apreciar se a informação contida no resultado de uma pesquisa é ou não relevante de acordo com o interesse do grande público em aceder a essa informação.</p> <p>A relevância está também estreitamente relacionada com a data de publicação dos dados. Dependendo das circunstâncias do caso, uma informação que tenha sido publicada há muito tempo, por exemplo há 15 anos, pode ser menos relevante do que uma informação que tenha sido publicada há um ano.</p> <p>As APD apreciarão a relevância de acordo com os fatores seguintes.</p> <p>a. Os dados estão relacionados com a vida profissional da pessoa em causa?</p> <p>Quando analisem um pedido de remoção de dados da lista de resultados, as APD devem começar por estabelecer uma distinção entre a vida privada e a vida profissional.</p> <p>A proteção de dados – e, de forma mais abrangente, a legislação em matéria de proteção da vida privada – visam essencialmente assegurar o respeito pelo direito fundamental dos cidadãos ao respeito pela vida privada (e à proteção de dados). Embora todos os dados relativos a uma pessoa sejam dados pessoais, nem todos os dados sobre uma pessoa são privados. Existe uma distinção fundamental entre a vida privada da pessoa e a sua <i>persona</i> pública ou profissional. A disponibilização de informação no resultado de uma pesquisa é tanto mais aceitável quanto menos revelar sobre a vida privada da pessoa.</p> <p>Regra geral, a informação relacionada com a vida privada de uma pessoa que não desempenhe um papel na vida pública deve ser considerada irrelevante. No entanto, as figuras públicas têm</p>

	<p>igualmente direito ao respeito pela vida privada, ainda que de forma limitada ou modificada.</p> <p>É mais provável que a informação seja relevante se estiver relacionada com a atual vida profissional da pessoa em causa, mas muito dependerá da natureza do seu trabalho e do interesse legítimo do público em aceder a essa informação através de uma pesquisa efetuada a partir do nome dessa pessoa.</p> <p>Neste contexto, colocam-se outras duas questões relevantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os dados relativos à atividade profissional da pessoa em causa são excessivos? - A pessoa em causa ainda exerce a mesma atividade profissional? <p style="text-align: center;">b. O resultado da pesquisa remete para informações excessivas ou que alegadamente constituem incitamento ao ódio/calúnia/difamação ou delitos de expressão semelhantes contra o queixoso?</p> <p>Geralmente, as APD não têm competência nem estão capacitadas para tratar informações que sejam suscetíveis de constituir um delito de linguagem de natureza cível ou penal contra o queixoso, tais como o incitamento ao ódio, a calúnia ou a difamação. Nesses casos, se o pedido de remoção de dados da lista de resultados for indeferido, é provável que as APD encaminhem a pessoa em causa para a polícia e/ou para o tribunal. A situação será diferente quando o tribunal tenha decidido que a publicação da informação constitui, de facto, um delito penal, ou violou normas jurídicas de outra natureza.</p> <p>No entanto, as APD são competentes para apreciar se a legislação em matéria de proteção de dados foi respeitada.</p> <p style="text-align: center;">c. É evidente que os dados refletem a opinião de uma pessoa ou parecem ser</p>
--	--

	<p>relativos a um facto comprovado?</p> <p>A qualidade da informação contida no resultado de uma pesquisa pode ser igualmente relevante, em especial a diferença entre opinião pessoal e facto comprovado. As APD reconhecem que alguns resultados de pesquisas incluirão ligações para conteúdos que podem fazer parte de uma campanha pessoal contra alguém, que consista em «afirmações bombásticas» e eventualmente comentários pessoais desagradáveis. Embora a disponibilização dessa informação possa ser dolorosa e desagradável, tal não significa necessariamente que as APD venham a considerar necessário que o resultado da pesquisa relevante seja removido da lista. Contudo, é mais provável que as APD considerem que os resultados de pesquisas que contenham dados que pareçam ser relativos a um facto comprovado mas que sejam factualmente inexatos sejam removidos da lista.</p>
<p>6. A informação é sensível na aceção do artigo 8.º da Diretiva 95/46/CE?</p>	<p>Regra geral, os dados sensíveis (definidos no artigo 8.º da Diretiva 95/46/CE como «categorias específicas de dados») têm um impacto maior na vida privada da pessoa em causa do que os dados pessoais «normais». Um bom exemplo é a informação sobre a saúde, a sexualidade ou as crenças religiosas da pessoa. É mais provável que as APD intervenham quando sejam indeferidos pedidos de remoção de dados da lista respeitantes a resultados de pesquisas que revelem tal informação ao público.</p>
<p>7. Os dados estão atualizados? Os dados estão a ser disponibilizados durante mais tempo do que o necessário para os fins do tratamento?</p>	<p>Regra geral, as APD abordarão este fator com o objetivo de assegurar que a informação que não seja razoavelmente atual e que se tenha tornado inexata por estar desatualizada seja removida da lista de resultados. Tal apreciação dependerá do objetivo do tratamento original.</p>
<p>8. O tratamento de dados está a ser prejudicial para a pessoa em causa? Os dados têm um impacto</p>	<p>A pessoa em causa não tem a obrigação de provar que está a ser prejudicada para poder pedir a remoção de dados da lista de resultados, por outras palavras, o facto de estar a ser prejudicada não é condição para poder exercer o direito reconhecido pelo TJUE. Contudo, quando se</p>

<p>negativo desproporcionado na vida privada da pessoa em causa?</p>	<p>verifique que a disponibilização do resultado de uma pesquisa está a ser prejudicial para a pessoa em causa, tal é um fator importante a favor da remoção de dados da lista de resultados².</p> <p>A Diretiva 95/46/CE permite que a pessoa em causa se oponha ao tratamento de dados quando existam razões preponderantes e legítimas para fazê-lo. Em caso de oposição justificada, o responsável pelo tratamento deve pôr termo ao tratamento dos dados pessoais.</p> <p>Os dados podem ter um impacto negativo desproporcionado na pessoa em causa quando o resultado de uma pesquisa diga respeito a um delito menor sem gravidade ou insignificante que tenha deixado de ser – ou possa nunca ter sido – objeto de discussão pública e quando não exista um interesse público mais alargado na disponibilização da informação.</p>
<p>9. O resultado da pesquisa remete para informações que colocam em risco a pessoa em causa?</p>	<p>As APD reconhecerão que a disponibilização de determinadas informações através de pesquisas na Internet pode deixar as pessoas em causa mais expostas a riscos como, por exemplo, a usurpação de identidade e a perseguição. Em tais casos, quando o risco seja substancial, é provável que as APD considerem adequado que o resultado da pesquisa seja removido da lista.</p>
<p>10. Em que contexto foi publicada a informação?</p> <p>a. O conteúdo foi tornado público voluntariamente pela pessoa em causa?</p> <p>b. O conteúdo destinava-se a</p>	<p>Se a única base legal para a disponibilização de dados pessoais for o consentimento mas, posteriormente, a pessoa revogar o seu consentimento, a atividade de tratamento – ou seja, a publicação – não terá base legal, devendo, por isso, cessar.</p> <p>Na apreciação dos pedidos, as APD analisarão a possibilidade de a ligação ser removida da lista mesmo que o nome ou a informação não sejam suprimidos, prévia ou simultaneamente, da fonte original.</p>

² Nos termos do acórdão do TJUE de 13 de maio de 2014, *Google Spain SL, Google Inc. contra Agencia Española de Protección de Datos (AEPD) e Mario Costeja González*, n.º 96, «**importa sublinhar que a constatação desse direito não pressupõe que a inclusão da informação em questão na lista de resultados cause prejuízo à pessoa em causa**».

ser tornado público? A pessoa em causa pôde razoavelmente ter conhecimento de que o conteúdo seria tornado público?	Em especial, se a pessoa em causa tiver dado o seu consentimento para a publicação original mas, posteriormente, não conseguir revogar o seu consentimento, e o pedido de remoção de dados da lista de resultados for indeferido, as APD considerarão geralmente adequado que o resultado da pesquisa seja removido da lista.
11. O conteúdo original foi publicado com objetivos jornalísticos?	As APD reconhecem que, dependendo do contexto, pode ser relevante analisar se a informação foi publicada com um objetivo jornalístico. O facto de a informação ser publicada por um jornalista cuja função é informar o público é um fator a ponderar. Contudo, este critério, por si só, não constitui uma base suficiente para o indeferimento de um pedido, uma vez que o acórdão estabelece uma distinção clara entre a base legal para a publicação pelos meios de comunicação social e a base legal para a organização, pelos motores de busca, dos resultados de uma pesquisa a partir do nome de uma pessoa.
12. O editor dos dados tem competência legal para – ou a obrigação legal de – disponibilizar os dados pessoais ao público?	<p>Algumas autoridades públicas têm o dever legal de disponibilizar determinadas informações sobre as pessoas ao público – por exemplo, para efeitos de recenseamento eleitoral. Tal varia de acordo com as leis e os costumes de cada Estado-Membro. Nesse caso, as APD não podem considerar adequado que os dados sejam removidos da lista de resultados enquanto persistir a exigência de que a autoridade pública disponibilize as informações ao público. Contudo, tal terá de ser apreciado numa base casuística, juntamente com o critério da «desatualização» e da irrelevância.</p> <p>As APD podem considerar adequado que os dados sejam removidos da lista de resultados mesmo que exista uma obrigação legal de disponibilizar o conteúdo no sítio <i>web</i> original.</p>
13. Os dados estão relacionados com um delito penal?	Os Estados-Membros da UE podem ter abordagens diferentes quanto à disponibilização de informação sobre delinquentes e respetivos delitos ao público. Podem existir disposições legais específicas que tenham impacte na disponibilização dessa informação ao longo do tempo.

	<p>As APD tratarão esses casos de acordo com os princípios e as abordagens nacionais pertinentes. Por norma, é mais provável que as APD considerem que os resultados relacionados com delitos relativamente menores que tenham ocorrido há muito tempo devem ser removidos da lista, sendo menos provável que considerem que os resultados relacionados com delitos mais graves que tenham ocorrido mais recentemente devem ser removidos da lista. Contudo, estas questões requerem uma análise cuidada e serão tratadas numa base casuística.</p>
--	---